



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2012**

Senhores Acionistas,

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, sediada no Setor Comercial Sul - SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 – Brasília-DF – CEP 70308-200 (Edifício Parque Cidade Corporate – Torre B), endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma empresa de economia mista de capital aberto vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 1/07/1972.

Rege-se pela Lei 6.404/76 e por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

A partir da publicação do Decreto 7.175, de 12/05/2010, publicado no DOU de 13/05/2010, que instituiu o Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, a Empresa iniciou a sua reestruturação organizacional, visando o exercício das suas novas atribuições bem como a implantação das bases de suporte do referido programa.

Conforme disposto no Decreto 7.175/2010, cabe à Empresa: (i) implementar a rede privativa de comunicação da Administração Pública Federal; (ii) prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público; (iii) prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos; e (iv) prestar serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

Relatam-se, a seguir, sucintamente, as principais realizações do exercício de 2012:

1 – Sumário Executivo

Em 2012 a Empresa conquistou significativas realizações no cumprimento de seus objetivos estratégicos, destacando-se primeiramente a capacidade execução dos investimentos destinados ao Programa Nacional de Banda Larga, com a ativação de 12 mil km de Backbone e implantação de 137 estações (Pontos de Presença e Estações de Atendimento). Esta rede possibilitou o atendimento do PNBL em 268 municípios, através de provedores parceiros e a rede dá acesso a 880 municípios, possibilitando seu atendimento, como regra, em até 120 dias.

A Telebras foi encarregada pelo Governo Federal de disponibilizar sua infraestrutura para o atendimento dos serviços de mídia para a Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014), com altíssimo grau de disponibilidade. Em 2012, a empresa executou 78% do projeto de infraestrutura para atendimento à Copa das Confederações, rigorosamente dentro do orçamento previsto.

O ano de 2012 foi marcado ainda por avanços substanciais na condução do projeto do Sistema de Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), com a constituição de uma nova empresa em parceria com a Embraer, chamada Visiona, que será a responsável pelo fornecimento de soluções satelitais. Além disso, a empresa desenvolveu diversos estudos técnicos para especificação do primeiro satélite.

No âmbito dos projetos estruturantes, a empresa seguiu seu processo de reestruturação interna, realizando avanços significativos na (i) implantação do escritório de processos, responsável pelo mapeamento e implantação dos processos operacionais; (ii) implantação do Sistema de Gestão Integrada – SGI; (iii) política de Gestão de Pessoas, com o desenvolvimento



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

do Plano de Carreira e Remuneração, estruturação do processo para realizar o Concurso Público da Telebras e condução do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP).

Com a forte atuação do corpo jurídico da TELEBRAS e a reavaliação de processos judiciais obtida através de novo sistema de acompanhamento processual, conseguiu-se uma readequação a menor do posicionamento das provisões judiciais no passivo da companhia, representado ganhos de aproximadamente R\$ 62 milhões, que, juntamente ao desempenho operacional (receitas de R\$ 109 milhões), propiciou reversão dos resultados da companhia, encerrando o exercício 2012 com lucro de R\$ 40,7 milhões.

2 – Finanças

2.1 – Estrutura patrimonial

No encerramento do exercício de 2012, ficam evidentes as expressivas variações ocorridas na estrutura patrimonial da Empresa.

A evolução do Ativo Total, que representa o conjunto de bens e direitos à disposição da Sociedade apresentou crescimento da ordem de 9,8% em 2012. Tal situação decorre da entrada de novos recursos do acionista controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

Ressalte-se, no entanto, que enquanto os itens do ativo não circulante apresentaram evolução da ordem de 77,4%, o ativo circulante apresentou decréscimo de 8,9% refletindo a transferência de recursos desse grupo para o grupo do imobilizado, que apresentou evolução da ordem de 174,4% no exercício.

Essa evolução do imobilizado, que já representa 21,9% do total do ativo da Empresa reflete o esforço que esta dispendeu no sentido de implantar seus projetos de atendimento do Programa Nacional de Banda Larga e outros cuja natureza é considerada estratégica pelo Acionista Controlador.

O passivo circulante apresentou decréscimo de 72,9% no período em decorrência da incorporação de R\$ 300 milhões ao capital social da empresa e também pela reclassificação de passivos contingentes em função das avaliações efetuadas pela Gerência Jurídica nos processos em que a Telebras figura no polo passivo. Essas avaliações implicaram em mudanças expressivas no perfil das dívidas prováveis desses processos.

Além disso, houve a obtenção de resultado positivo da ordem de R\$ 40,7 milhões, que representam 152% do patrimônio líquido da Empresa apurado em 31 de dezembro de 2011.

A estrutura patrimonial, suas principais alterações e índices de evolução podem ser visualizados na tabela a seguir:

R\$ milhões

Rubricas	Exercícios Findos em:							
	2012			2011			2010	
	Valor	AV %	Δ%	Valor	AV %	Δ%	Valor	AV %
Ativo Circulante	641,3	65,0	(8,9)	703,9	78,3	119,3	320,9	71,7
Ativo Não Circulante	345,5	35,0	77,4	194,7	21,7	54,3	126,2	28,3
Imobilizado	216,2	21,9	174,4	78,8	8,8	1.860,0	4,0	0,1
Ativo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0	100,9	447,1	100,0
Passivo Circulante	180,6	18,3	(72,9)	666,6	74,2	563,3	100,5	22,4
Passivo Não Circulante	543,7	55,1	75,4	310,0	34,5	(17,7)	376,4	84,2
Passivo Exigível	724,3	73,4	(25,8)	976,6	108,7	104,8	476,9	106,6
Patrimônio Líquido	262,5	26,6	436,5	(78,0)	(8,7)	161,7	(29,8)	(6,6)
Passivo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0	100,9	447,1	100,0

AV % = Participação percentual em relação ao agregado superior base 100%.

Δ% = Evolução % em relação ao ano anterior

Depreende-se da tabela acima que a estrutura patrimonial foi afetada de maneira positiva em termos de endividamento, uma vez que em 2011 o Passivo Exigível (Capitais de Terceiros) representava 108% do Ativo Total (Bens e Direitos) e em 2012 o mesmo passou a representar 73,4% do total do ativo, enquanto o Patrimônio Líquido (Direitos dos Sócios) passou a representar 26,6%.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Com a incorporação de recursos ao capital social ocorrida em 2012 o endividamento de curto prazo também caiu de forma expressiva e o passivo circulante que correspondia a 74,2% do ativo passou a representar 18,3%, implicando em melhores condições de liquidez.

Conclui-se então que as expressivas alterações verificadas tanto na estrutura de investimentos e aplicações, quanto na estrutura de financiamento continuarão a ocorrer em função do forte esforço para o direcionamento dos recursos disponíveis para investimento na rede nacional, até a sua consolidação.

2.2 – Estrutura econômica

A estrutura econômica pode ser resumida da seguinte forma:

R\$ milhões

Rubricas	Exercícios Findos em:					
	2012		2011		2010	
	Valor	AV %	Valor	AV %	Valor	AV %
Receitas Operacionais	64,3	158,0	9,5	19,8	27,2	195,7
Despesas Operacionais	(68,4)	(168,0)	(54,6)	(114,0)	(36,6)	(263,3)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	(4,1)	(10,0)	(45,1)	(94,2)	(9,4)	(67,6)
Resultado Financeiro	44,8	110,0	(2,8)	(5,8)	(3,7)	(26,6)
Provisões Fiscais	-	-	-	-	(0,8)	(7,6)
Resultado do Exercício	40,7	100,0	(47,9)	100,0	(13,9)	100,0

Destaque para o lucro da ordem de R\$ 40,7 milhões verificado em 2012, contra prejuízo de R\$ 47,9 milhões de 2011. Referido resultado é representado em mais de 100% pelas receitas financeiras auferidas no período, fruto da adoção de uma política de diversificação das aplicações, observando o que estabelece a legislação específica, aplicável às empresas estatais.

O resultado obtido representa 17% do Patrimônio Líquido apurado ao final do exercício traduzindo-se em boa rentabilidade para os capitais próprios.

Cumprir destacar ainda que o resultado apurado não será objeto de distribuição aos acionistas, mas será integralmente utilizado para amortizar os prejuízos acumulados apurados em exercícios anteriores, como forma de fortalecer o patrimônio da empresa e dos investidores.

2.3 – Execução orçamentária

São destacados a seguir os dados da execução orçamentária da empresa, com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2012, aprovado pelo Decreto nº 7.883, de 28 de dezembro de 2012 de:

R\$ milhões

FONTES E USOS	PDG REALIZADO	PDG APROVADO	REALIZAÇÃO %
FONTES DE RECURSOS	212,1	544,3	39,0
Receitas	191,7	170,6	112,4
Recursos para Aumento de Capital	20,4	373,7	5,5
USOS DOS RECURSOS	291,1	516,7	56,3
Dispêndios Correntes	151,0	212,6	71,0
Dispêndios de Capital	140,1	304,1	46,1



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

O Orçamento de Investimento – OI da TELEBRAS para 2012 teve a sua versão final aprovada pelo Decreto nº 7.883, de 28 de dezembro de 2012, elaborado com as seguintes ações:

A distribuição dos limites e sua realização são demonstradas a seguir:

Ações	OI Aprovado	OI Realizado	% Realização
12OF – PNBL	105,8	104,4	98,7
147A – Copa e Grandes Eventos	80,0	25,5	31,9
146Z – Satélite	55,7	0,0	0
Satélite ⁽¹⁾	4,9	1,4	28,6
Cabos Submarinos ⁽²⁾	23,9	0,0	0
4101 – Bens Imóveis	8,8	0,4	4,5
4102 – Bens Móveis	0,3	0,1	33,3
4103 – Ativos de Informática	24,7	8,3	33,6
Total	304,1	140,1	46,1

Notas:

(1) Realização Gastos de R\$ 1,47 MM, referente a Inversão Financeira em empresa subsidiária.

(2) A realização orçamentária se dará através de Inversão Financeira.

2.4 – Inversões Financeiras

Em relação à Ação 146Z, Lançamento de Satélite de Comunicações, ocorreu uma inversão financeira no valor de R\$ 1,5 milhão, referente a 30% do valor da participação da TELEBRAS como acionista minoritário (49%) na Visiona Tecnologia Espacial S.A., de acordo com autorização da Diretoria e aprovação na 361ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.

2.5 – Aumento de Capital

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de abril de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da empresa, em R\$ 300 milhões, com recursos aportados pela União Federal, em conformidade com o Decreto de 11 de outubro de 2011, publicado no DOU de 13 de outubro de 2011, seção I, página 30.

O preço de emissão foi de R\$ 34,31 (trinta e quatro reais e trinta e um centavos) por 1 (uma) ação ordinária, que representa a média ponderada por volumes de negociação das cotações médias das ações ordinárias, apuradas nos últimos 70 (setenta) pregões da BM&FBOVESPA, anteriores a 20 de março de 2012.

Como resultado da capitalização, o Capital Subscrito e Integralizado passou a ser de R\$ 719.454.543,77 (setecentos e dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos), composto por 97.439.719 (noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e dezenove) ações ordinárias e 21.002.999 (vinte e um milhões, duas mil, novecentos e noventa e nove) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.



2.6 – Recursos para Aumento de Capital

No exercício de 2012 foram aportados recursos da ordem de R\$ 20 milhões pelo acionista controlador para futuras incorporações ao capital social da Telebrás, tudo em conformidade com as previsões constantes da execução orçamentária do Ministério das Comunicações.

Houve ainda, por ocasião do aumento de capital da Telebras o aporte de recursos da ordem de R\$ 374 mil de acionistas minoritários no exercício do direito de preferência.

Ainda no transcorrer do exercício foi incorporada ao capital social da Telebras a importância de R\$ 300 milhões de recursos recebidos em exercícios anteriores, remanescendo o saldo a incorporar no valor de R\$ 164 milhões correspondente a parcelas recebidas acrescidas de juros calculados com base na taxa SELIC.

Foi recebido do Ministério das Comunicações mais R\$ 1 milhão, utilizado para implantação do laboratório da rede de referência da Telebras, objeto de acordo firmado com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

2.7 – Participação em Empresa Coligada

No exercício de 2012, a TELEBRAS, juntamente com a EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A., constituiu a empresa VISIONA, cujos objetivos principais serão, dentre outros, maximizar a absorção e transferência de tecnologia dos segmentos espacial e terrestre pela indústria aeroespacial brasileira, a partir de projetos de construção de satélites; garantir, a partir destes projetos, a permanência de conhecimento tecnológico dentro do país, em mãos de empresas brasileiras; e, por fim, se consolidar como referência nacional para fornecer serviços no segmento satelital. Adicionalmente, neste sentido, deverá suprir a demanda de satélites que atenda às necessidades do Projeto Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

A VISIONA foi criada em 28 de maio de 2012 com capital inicial de R\$ 10 milhões, cabendo à Telebras uma participação de 49%. Por Acordo de Acionistas firmado entre as empresas ficou acertado que, no mês de julho, os acionistas da recém-criada empresa integralizariam 30% do total do capital subscrito, tendo a Telebras integralizado a sua parte no valor de R\$ 1.470 mil naquele mês. A empresa se encontra, ainda, em fase pré-operacional, não contando com qualquer tipo de entradas que possam implicar em ganhos. A partir daí, a Telebras passou a calcular os resultados decorrentes desta operação, utilizando-se o método de equivalência patrimonial e registrando as variações ocorridas neste ativo.

3 – Mercado

No transcorrer de 2012, a TELEBRÁS apresentou ao mercado informações e esclarecimentos sobre sua situação operacional, patrimonial e sobre o seu desempenho econômico-financeiro, a fim de possibilitar aos acionistas, investidores e ao público em geral a avaliação e acompanhamento sistemático de seus interesses, de acordo com a sua Política de Divulgação de dados para o mercado de Valores Mobiliários.

Ações TELEBRÁS ON e PN

As ações ordinárias nominativas - ON e preferenciais nominativas - PN de emissão da TELEBRÁS vêm sendo negociadas regularmente na BM&FBOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TELB4. Em 2012, foi registrado no mercado a vista um total de 40.828 negócios, envolvendo uma quantidade de 25,6 milhões de ações e volume de recursos de R\$ 248,8 milhões. O preço médio de fechamento durante 2012 foi de aproximadamente R\$ 25,99 (vinte e cinco reais e noventa e nove centavos) por ação ON e de R\$ 10,83 (dez reais e oitenta e três centavos) por ação PN. As ações da Empresa atualmente são custodiadas pelo Banco BRADESCO S.A.



4 – Atuação Jurídica

Durante o ano de 2012, dando continuidade aos trabalhos de reestruturação começados no ano anterior, a Gerência Jurídica da TELEBRÁS, melhor aparelhada e qualificada, sobretudo em relação aos seus recursos humanos, empreendeu ações em dois grandes campos.

De um lado, a atividade consultiva, de forma ágil e eficiente, atuou em todos os processos licitatórios da Companhia, sobretudo em relação à implantação do Programa Nacional de Banda Larga, seja no tocante aos processos administrativos internos, pareceres, orientações e despachos, quer no que respeita às impugnações, denúncias, representações derivadas dos procedimentos licitatórios, e nas mais diversas instâncias administrativas e judiciais.

De outro lado, a atuação contenciosa subdividiu-se em outros dois campos: (i) reativamente, na defesa incondicional dos interesses da TELEBRÁS, em quaisquer tribunais; e (ii) pró-ativamente, no reexame, ainda em andamento, de todos os processos judiciais e administrativos, visando à revisão dos valores de contingência, dos prognósticos de perda e da própria condução processual de cada feito, o que explica algumas significativas reversões verificadas no Balanço.

As ações judiciais nas quais a TELEBRÁS é parte são registradas em ferramentas de controle e gestão processual internas, são classificadas, de forma conservadora, segundo o critério de RISCO DE PERDA, o qual as classifica em três categorias: perda provável (provisionamento preventivo), perda possível (sem o provisionamento preventivo, mas divulgação em nota explicativa) e perda remota (sem o provisionamento preventivo e sem divulgação).

Referido passivo judicial é constantemente reavaliado, por meio do acompanhamento e revisão sistemática dos processos, bem como pela adoção tempestiva das providências exigidas no âmbito processual e administrativo, de forma qualificada, pelos profissionais das áreas envolvidas.

A TELEBRÁS responde por ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária perante diversos tribunais. Em 31/12/2012, figura como ré em 1.923 ações, sendo 150 trabalhistas, 1.761 cíveis e 12 ações tributárias. Além disso, a TELEBRÁS é autora em 40 ações, perfazendo um total de 1.963 processos judiciais.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

O contencioso judicial encontra-se demonstrado no quadro a seguir:

AÇÕES		2012			2011		
		Quant.	Valor	Part. %	Quant.	Valor	Part. %
Cíveis	Provável	52	238,3	73,7%	43	293,2	84,8%
	Possível	792	25,7	7,9%	781	8,8	2,5%
	Remota	917	17,6	5,4%	764	12,5	3,6%
Subtotal:		1.761	281,6	87,0%	1.588	314,5	90,9%
Trabalhistas	Provável	55	12,0	3,7%	78	13,0	3,8%
	Possível	22	5,1	1,6%	21	2,1	0,6%
	Remota	73	3,5	1,1%	61	0,7	0,2%
Subtotal:		150	20,6	6,4%	160	15,8	4,6%
Tributárias	Provável	5	16,1	5,0%	2	15,5	4,5%
	Possível	4	4,1	1,3%	4	0,1	0,0%
	Remota	3	1,0	0,3%	1	0,0	0,0%
Subtotal:		12	21,2	6,6%	7	15,6	4,5%
Total por tipo de causa:		1.923	323,4	100%	1.755	345,9	100%
Total	Provável	112	266,4	82,4%	123	321,7	93,0%
	Possível	818	34,9	10,8%	806	11,0	3,2%
	Remota	993	22,1	6,8%	826	13,2	3,8%
Total por grau de risco:		1.923	323,4	100%	1.755	345,9	100,0%

5 – Gestão de Pessoas

5.1 – Quadro de pessoal e Remuneração

A TELEBRAS encerrou 2012 com um quadro de pessoal integrado por 308 (trezentos e oito) empregados, sendo 210 (duzentos e dez) prestando serviços nas unidades administrativas da Empresa (incluindo dois requisitados de órgãos externos), 72 (setenta e dois) cedidos à ANATEL e 26 (vinte e seis) cedidos a diversos órgãos governamentais. O quadro a seguir apresenta a evolução da força de trabalho da TELEBRAS, por situação e movimentação – contratações/admissões, desligamentos e requisições. O quadro de pessoal sofreu um acréscimo de 5,8% comparativamente ao exercício anterior, conforme o quadro a seguir, que demonstra a evolução do quantitativo de pessoal da Empresa.



SITUAÇÃO	EMPREGADOS EM 31/12/2011	CONTRATAÇÕES	DESLIGAMENTOS	EMPREGADOS EM 31/12/2012
Quadro Efetivo	204		2	202
<i>Ad Nutum</i>	85	39	18	106
Requisitados	4		2	2
TOTAL	293	39	22	310

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente, Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, diretrizes da TELEBRAS e manifestação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do inciso IV, do art. 6º, do Anexo I do Decreto no. 7.675, de 20 de janeiro de 2012.

No exercício de 2012, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Empresa, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 20,8 mil e R\$ 1,5 mil, respectivamente, e a remuneração média foi de R\$ 8,2 mil. Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2012, foi de R\$ 31,9 mil.

5.2 – Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)

O Tribunal de Contas da União – TCU – Segunda Câmara, apreciou e julgou os Recursos de Reconsideração interpostos pela Telebras, Anatel e grupo de empregados da Telebras, no dia 4 de dezembro de 2012, cujo acórdão nº 9215/2012 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 2012.

No referido acórdão, os Excelentíssimos Ministros integrantes da Segunda Câmara decidiram conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos recorrentes para, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de reformar o item 9.9 do Acórdão nº 6.767/2011, fixando o prazo de 60 dias para que “a Telebras adote providências com vistas a extinguir o Programa de Incentivo aos Serviços Prestados - PISP, respeitando-se os direitos adquiridos e as legítimas expectativas criadas pelo referido programa”.

Com base nessa decisão, a Diretoria da Telebrás, na sua 1136ª reunião realizada em 17/01/2013, aprovou a a) a ratificação da extinção do PISP ocorrida em 16/9/2011, com a ressalva de que serão pagas as verbas dele decorrentes aos empregados admitidos até aquela data e desde que eles tenham preenchidos os requisitos deste Programa, à luz do entendimento da Telebras; b) o pagamento das verbas decorrentes do PISP para os empregados que optaram por sua adesão, entre novembro/2010 e abril/2011; c) autorizar a Gerência Jurídica a tentar acordo judicial em uma reclamatória trabalhista que trata do PISP, sendo tais decisões referendadas pelo Conselho de Administração na sua 140ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de janeiro de 2013.

5.3 – Acordo Coletivo de Trabalho

O Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2011/2012 entre a TELEBRAS e o SINTTEL-DF - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal com cláusula de reajuste da tabela salarial em 6,089% (seis vírgula zero oitenta e nove por cento) e vigência a partir de 1º de novembro de 2011 (nova data base da categoria) foi celebrado em 2 de março de 2012. O ACT relativo ao período de 1º/11/2012 a 30/10/2013 encontra-se em processo de negociação.

5.4 – Medicina e Segurança do Trabalho

Realizada em 27 de dezembro de 2011a eleição dos membros para instalação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA - Gestão 2012/2013, de acordo com a



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Norma Regulamentadora (NR-5) do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da União em 14 de dezembro de 2011, a qual foi empossada no dia 17 de janeiro de 2012.

Visando atender ao estabelecido nos artigos 157 e 158 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, bem como consolidar as iniciativas de proteção aos seus empregados, a TELEBRÁS, firmou contrato em 5 de março de 2012 com o Hospital Dia SAMDEL, para prestar serviços de Medicina e Segurança do Trabalho. Entre as ações desenvolvidas ao longo do ano destacam-se:

- 1 - Implementação do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO.
- 2 - Realização de exames periódicos com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (empregados considerados aptos), compreendendo a avaliação clínica, exame físico, exame mental e exames complementares.
- 3 - Ações de Promoção à Saúde.

5.5 – Fundação Sistel de Seguridade Social

A TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos de Previdência Privada: PBS-A, PBS – TELEBRÁS e TELEBRÁSPREV e também do Fundo de Assistência Financeira à Saúde - PAMA.

6 – Licitações e Convênios

Em 2012 realizaram-se 234 processos de aquisição de bens, produtos e serviços, distribuídos conforme tabela abaixo:

R\$ milhão

Descrição	Quantitativo	Valores Consolidados	%
Dispensa de Licitação (1)	101	4,8	1,0%
Adesão à Ata de Registro de Preços	7	4,8	1,0%
Inexigibilidade (2)	63	71,2	14,1%
Pregão Eletrônico para Registro de Preços	44	359,2	71,1%
Pregão Eletrônico	10	46,8	9,3%
Emergencial	2	13,3	2,6%
Tomada de Preço	1	0,5	0,1%
Concorrência	6	4,1	0,8%
Total de processos licitatórios	234	504,7	100%

(1) O alto número de dispensa de licitações é devido ao grande número de locações de terrenos/lotes – sites, o que corresponde a 73% do total das dispensas.

(2) Já no caso da inexigibilidade a mesma ocorre devido a necessidade de provimento de energia para os sites (39,68%) e capacitação e eventos (28,57%)

7 – Execução de Programas e Projetos:

7.1 – Programa Nacional de Banda Larga

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) foi o programa criado pelo Governo Federal com o objetivo de massificar o acesso à internet em banda larga, acelerando o



desenvolvimento econômico e social, reduzindo as desigualdades sociais e regionais além de gerar emprego e renda.

A base de infraestrutura para a implementação deste programa foi a Rede Óptica pertencente às Empresas do Grupo Eletrobras e Petrobras além de cabos ópticos e enlaces de rádio próprios da Telebras.

Com vistas a dar prosseguimento ao processo de implantação da rede nacional e complementando as necessidades que não haviam sido totalmente cobertas nas primeiras contratações, a Telebras deu início a um movimento de novas contratações em 2012, tais como:

- Contratações de estruturas verticais/torres a fim de atender as necessidades emergenciais dos anéis Sudeste e Sul.
- Contratações de equipamentos para diversos segmentos: DWDM, *IP-core*, *IP-border*, *IP*-sistemas auxiliares, rádios e antenas.
- Contratação de obras de infraestrutura: acolhendo as recomendações do TCU foram contratadas obras de infraestrutura para atendimento da Rede Norte, de forma regionalizada e individualizada (gabinetes e obras civis).
- Contratação de abrigos e equipamentos de infraestrutura.
- Contratação de rede de cabos de fibras óptica.

As principais atividades executadas em 2012 foram a caracterização das fibras ópticas nos anéis Nordeste, Sudeste e Sul, contemplando 4.605 mil km e a execução de 55 obras civis para estações do tipo POP, sendo 16 no anel Nordeste, 27 no anel Sudeste e 12 no anel Sul. Até o final do ano de 2012, o anel Nordeste já se encontrava ativado até a cidade de Salvador, e na direção sudeste, até a cidade de Campinas. Já no sentido sul, o *backbone* atingiu a capital do Rio Grande do Sul. Na direção oeste, a rede da Telebras se encontra ativada até a estação de Barra do Peixe-MT. Em direção ao extremo Norte do país, a Telebras levou o sinal do PNBL à cidade de Belém. Ressalte-se que a chegada a Belém, significou um marco de atendimento à Região Norte do país e, além disso, propiciou a interligação da rede da Telebras ao Ponto de Troca de Tráfego – PTT daquela cidade, visando, sobretudo, propiciar maior equilíbrio entre os provedores locais.

Ressalte-se que as obras civis se encontravam com um índice de execução de 89,65% nos Anéis Nordeste e Sudeste.

Para a capilarização da rede (implantação de backhaul), existem 67 estações em fase de implantação, com previsão de ativação no primeiro trimestre de 2013. Ademais, existem 35 estações ativadas e pertencentes ao *backbone* nacional que possibilitam o atendimento a clientes a partir de torres e caixas de fibra nestas implantadas. Em 2012 foram implantadas um total de 97 EAs.

7.2 – Copa das Confederações e Copa do Mundo FIFA

Em abril de 2012, a Telebras foi designada por meio de resolução do GECOPA - Grupo Executivo da Copa do Mundo para atender às demandas de infraestrutura de telecomunicações nos Estádios, Aeroportos, Centros de Treinamentos e demais pontos de interesse da FIFA nas localidades do evento.

Em 2012 foram realizados investimentos para aquisição de equipamentos, reforços na capacidade já instalada e construção de novas redes necessárias para o atendimento da Copa. Assim, a Telebras iniciou os projetos de construção das redes metropolitanas nas 6 cidades sedes da Copa das Confederações de 2013, quais sejam: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

Ao iniciar o ano de 2013, o projeto de redes metropolitanas da Telebras, nas 6 cidades



sede da Copa das Confederações de 2013, encontrava-se com um percentual de conclusão de 78% e sua rede nacional de telecomunicações (*Backbone*) com 64,12%.

7.3 – Projetos Estruturantes:

7.3.1 – Mapeamento e gestão de processos

Em maio de 2012, iniciou-se a implantação da gestão de processos na TELEBRAS. Até o final deste mesmo ano os resultados alcançados foram os seguintes: (a) definida a criação de um Escritório de Processos, que será responsável pela gestão de processos na organização; (b) implantada a solução Oracle-BPA como suporte ferramental à gestão de processos; (c) desenhada a cadeia de valor da organização; (d) capacitados 10 gerentes e 10 empregados para atuarem como gestores e arquitetos de processos, respectivamente; (e) iniciadas 32 das 75 iniciativas de transformação organizacional pela gestão de processos.

7.3.2 - Sistema de Gestão Integrada – SGI

No ano de 2012 ocorreram a contratação e início da implantação do Sistema de Gestão Integrada – SGI, com a aquisição de um sistema SAP.

Tal sistema objetiva consolidar e aglutinar todas as informações necessárias para a gestão da Telebras, de forma que todos os processos e negócios possam ser visualizados em termos de fluxo dinâmico de informações e automatização de rotinas. Como resultado, deverá propiciar agilidade e robustez na coleta e análise de dados, acompanhamento de metas e tomada de decisão.

7.3.3 - Implantação do Plano de Carreira e Remuneração – PCR

A Diretoria Executiva da Telebras decidiu implantar o Plano de Carreira e Remuneração de seus empregados já adotando os princípios da gestão por competência. O objetivo é implantar um plano utilizando-se da metodologia de mapeamento das competências e a fixação da remuneração com base em processo de avaliação de desempenho, suportado ainda pelos resultados alcançados. Assim, além de fortalecer o quadro de pessoal a ideia é oferecer-lhe uma nova perspectiva de carreira e de valorização, por meio dessa ferramenta, motivando e retendo os talentos na empresa.

Em junho de 2012 foi apresentada a proposta do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) da TELEBRAS via Ministério das Comunicações para análise do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. Em novembro de 2012 o DEST manifestou-se sobre a análise do PCR com aprovação parcial do Plano, mantendo sob análise os itens: Plano de Funções, Remuneração Variável e Regras de Enquadramento ao novo Plano.

A partir da aprovação parcial do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) pelo DEST em novembro de 2012, a TELEBRAS iniciou o processo de contratação de instituição para realização do Concurso Público por dispensa de licitação, com base no artigo 24, inciso XIII da Lei 8666/93. A partir da análise técnica das propostas recebidas, a Diretoria Executiva optou pela contratação do CESPE e o contrato foi firmado no mês de dezembro de 2012.

7.3.4. – Cabo Submarino Internacional

O projeto objetiva assegurar ao Brasil sua independência internacional, perdida quando da privatização do Sistema Telebras e garantir preços competitivos para acesso ao backbone internacional de internet. Desenvolveram-se novos estudos técnicos, análises mercadológicas, RFP (*Request for Proposal*) com objetivo de detalhar melhor o projeto e otimizar a estimativa do investimento.



7.3.5 – Satélite

Este projeto tem como objetivos assegurar ao Brasil sua independência internacional no segmento satelital, perdida quando da privatização do Sistema Telebras, garantir que o segmento de defesa e as comunicações estratégicas do país estejam sob controle nacional bem como atender à demanda do Plano Nacional de Banda Larga – PNBL e às necessidades de comunicação militares do Ministério da Defesa, por meio da qual trafegarão informações sensíveis e estratégicas para o país.

Em 2012, foi elaborada toda a documentação técnica necessária para compor os documentos para a realização do processo aquisitivo que se iniciou por uma RFI (Request for Information). O objetivo da RFI foi mostrar ao mercado a grandeza do projeto e receber uma realimentação dos potenciais fabricantes quanto à sua capacidade em participar desse projeto.

7.3.6 – Integração com outras redes

O objetivo principal é proporcionar a conexão e/ou compartilhamento de redes e de infraestruturas, visando ampliar a capilaridade da rede nacional. Essa integração vem sendo formalizada por meio de acordos, convênios e contratos.

Neste contexto, no ano de 2012 a parceria com a RNP – Rede Nacional de Pesquisa foi fortalecida e foi definido um plano de trabalho que possibilitará o aumento de atendimentos a projetos de conectividade no interior, que permitirão a expansão do PNBL e a conectividade de *campi* da rede acadêmica federal em alta velocidade nestes municípios.

A Telebras atualmente já está interconectada com as redes da RNP em Belém, Goiânia e Brasília, além de estar disponível para interconexão com todas as redes aos Pontos de Troca de Tráfego (PTT) nestas mesmas cidades.

7.3.7 - Universidade Telebras

Entre os objetivos deste projeto destacam-se: (i) qualificar os colaboradores da Telebras, através de cursos internos e externos, bem como de capacitação avançada com vistas à atuação compatível às exigências do mercado; (ii) certificar os equipamentos utilizados na rede da Telebras; e (iii) validar em laboratórios os produtos ofertados pela Telebras.

Para consecução do objetivo (i) foram realizados 29 cursos de treinamento, envolvendo 103 colaboradores.

Para a consecução dos objetivos (ii) e (iii), a Telebras firmou Acordo de Cooperação Técnica com a PUC-RS para a implantação de um laboratório de telecom na Tecno-PUC em Porto Alegre-RS. As obras de infra-estrutura do laboratório foram concluídas em 2012 e sua inauguração prevista para março de 2013.

8 – Operação da Rede:

A operação e a manutenção da rede nacional consolidaram-se em 2012 com as atividades desenvolvidas pelo Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/NOC (Network Center Operation), localizado em Brasília.

Foram implantados os principais processos e procedimentos para garantir o funcionamento da infraestrutura e dos equipamentos de rede, tais como: aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação e configuração de clientes, monitoramento, tratamento e escalonamento de incidentes, para atender o nível de serviço necessário para a rede, bem como dos padrões negociados com os clientes.

Também foram contratados e implantados os Sistemas para o Service Desk da TI e da Telecom, para o monitoramento de falhas, bem como para o desempenho e a análise de tráfego



que assistirão o NOC de Telecom durante o ano de 2013 no atendimento às demandas dos serviços ofertados pela Telebras.

9 – Governança de TI

9.1 - Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

O PDTI, aprovado em 26 de julho de 2011 para o biênio 2011-2012, norteou as aquisições e contratações executadas em 2012. Das 13 metas estabelecidas nos seis eixos temáticos, quais sejam: governança, sistemas, projetos, segurança, infraestrutura e equipe, 9 foram cumpridas, dentre elas:

- a) realizar 2 revisões do PDTI vigente no biênio e planejar próximo período;
- b) mapear, documentar e manter atualizados os macroprocessos de negócio da Telebras;
- c) prover softwares e aplicações adequados às necessidades da Telebras;
- d) instituir o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação;
- e) elaborar Política de Segurança da Informação e Comunicação;
- f) elaborar e executar plano para modernização de escritório;
- g) disponibilizar rede de dados e voz corporativa - *switches, firewall, wifi* e telefonia IP-;
- h) prover ambiente de TI seguro - *No-break, CFTV, gerador, climatização, detecção/alarme/combate a incêndio* – e
- i) apontar necessidade de treinamento para subsidiar o Plano de Capacitação dos Empregados de TI, conforme orientação do RH.

9.2 – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)

No âmbito do CGTI foram tratados temas estratégicos e projetos de extrema relevância, como a aquisição do novo *data-center*, por meio da solução de contêiner seguro data-center, a implantação do Sistema de Gestão Integrada – SGI, a atuação do Escritório de Processos e a implantação da Central de Serviços de TI.

Outros sistemas importantes implantados em 2012 foram o Sistema de Acompanhamento de Obras, o Sistema de Faturamento, de Cadastro de Inventário da Rede, a definição da arquitetura de banco de dados e posterior aquisição e implantação do banco de dados Oracle para suportar as aplicações e sistemas da Telebras.

Entrou em funcionamento a Fábrica de Software dos Sistemas Legados e a Fábrica de Desenvolvimento, Testes e Consultoria de Software para Web.

9.3 – Segurança da Informação e Comunicações

Durante o ano de 2012 a empresa atuou ativamente junto ao CGSI e trabalhou, internamente, na construção de Diretrizes de Segurança da Informação em conformidade com as normas internacionais e boas práticas de mercado. O trabalho de normatização em segurança e o apoio ao CGSI continuarão em 2013.



10 – Atividades Comerciais

Durante o ano de 2012 se consolidou a estrutura organizacional com segmentos de planejamento, vendas para provedores e clientes corporativos, desenvolvimento de produtos, parcerias, interconexão com operadoras, faturamento, gestão de clientes e marketing.

Planejamento

Para consolidar o planejamento de vendas da empresa, no segundo semestre de 2012, foi desenvolvida uma metodologia que visa orientar a construção de estações de atendimentos (EAs) e o encarteiramento de clientes, por meio da priorização de atendimento. Essa metodologia levou em consideração os aspectos mercadológicos, sociais, bem como as obrigações da Telebras previstas no Decreto 7.175 que instituiu o PNBL. Sua construção envolveu representantes das três diretorias da empresa. O objetivo é priorizar os municípios para atendimento aos clientes PNBL e órgãos de governo.

Vendas

No segmento de vendas, as atividades realizadas pela equipe estiveram focadas na divulgação e comercialização do PNBL. Esse esforço pode ser observado no crescimento de alguns indicadores. Encerramos o ano com 1049 provedores de internet (ISP) interessados em participar do PNBL. Esse número representa um crescimento de cerca de 51% quando comparado a 2011. Durante o ano de 2012, foram desenvolvidas atividades comerciais junto a 674 clientes (contra 221 clientes em 2011). Ao final de 2012 tínhamos o total de 79 contratos comerciais assinados e cerca de 4Gbps de banda ativada. Atualmente, 268 municípios são atendidos por meio dos parceiros que firmaram contratos para oferta de PNBL.

A empresa trabalha também com a oferta de serviços de transporte e acesso à Internet para órgãos de governo e empresas. Nessa área destacamos os contratos firmados com o Exército Brasileiro, para fornecimento de links de acesso à internet que contabilizou mais de 200 Mbps de capacidade. É importante também destacar o recente contrato firmado com a Presidência da República para o fornecimento de 200 Mbps de IP.

Marketing

As ações de marketing para divulgação do PNBL no ano de 2012 continuaram tendo como foco a participação de seus dirigentes em diversas apresentações em eventos nacionais como o Seminário da APTEL (Associação dos Provedores de Infraestrutura de Telecomunicações), o Seminário da ABRINT (Assoc. Brasil. de Provedores de Internet) e o Seminário REDES 2012.

Já no segmento de feiras e exposições, participamos da Futurecom, do Congresso da ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura), na feira ABRINT e no mercado internacional a Telebras esteve presente, juntamente com o Ministério das Comunicações, na CeBIT 2012 (Centrum der Büro-undInformationstechnik) em Hanover, Alemanha.

11 - LEGAL E INSTITUCIONAL

Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003 - Auditoria Externa

Com relação aos termos da Instrução CVM 381/03, a TELEBRÁS esclarece que, no exercício de 2012, a UHY Moreira-Audidores somente prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis.



Administração geral

Cumpre registrar que os resultados alcançados decorrem da atuação proativa da Empresa no sentido de maximizar a obtenção de resultados buscando, por meio da adoção de uma política mais agressiva de aplicação dos recursos financeiros, obter a máxima rentabilidade.

Buscou também de forma incessante, agilizar os prazos de implantação do Programa Nacional de Banda Larga, de forma a prover o país no menor prazo possível da infraestrutura necessária que irá garantir a inclusão digital das pessoas, das empresas e das instituições, contribuindo para o fortalecimento do Estado.

Dessa forma, nosso agradecimento aos órgãos do Governo Federal, aos nossos acionistas e conselheiros, ao corpo funcional e aos fornecedores e parceiros da Empresa, responsáveis diretos pelos resultados e metas atingidos.

A ADMINISTRAÇÃO



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	577.085	635.318
Tributos Federais a Recuperar	5	26.530	33.620
ICMS a Recuperar		2.064	730
Depósitos Judiciais	7	23.634	27.537
Outros Ativos Realizáveis	8	11.971	6.654
		641.284	703.859
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Tributos a Recuperar	5	115.515	111.980
ICMS a Recuperar		8.633	2.255
Depósitos Judiciais	7	4.162	1.679
		128.310	115.914
INVESTIMENTOS	9	1.099	-
IMOBILIZADO	9	216.155	78.805
		345.564	194.719
TOTAL DO ATIVO		986.848	898.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2012	2011
PASSIVO CIRCULANTE			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	10	8.864	7.682
Recursos para Aumento de Capital	13	-	300.000
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	11	11.843	-
Provisão para Contingências	12	17.523	254.549
Fornecedores		75.665	44.578
Grupamento de Ações		13.150	13.178
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão		46.103	42.339
Outras Obrigações	15	7.478	4.234
		180.626	666.560
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências	12	249.107	67.276
Credores por Perdas Judiciais	14	129.704	125.640
Recursos para Aumento de Capital	13	164.260	116.671
Antecipação de Clientes		608	429
		543.679	310.016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	16	719.455	419.455
Prejuízos Acumulados		(456.310)	(497.064)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16	(491)	(278)
Ações em Tesouraria	16	(111)	(111)
		262.543	(77.998)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		986.848	898.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita de Venda de Serviços		2.292	99
Custo dos Serviços Vendidos		(9.206)	(31)
Resultado Bruto		(6.914)	68
Despesas/Receitas Operacionais		2.813	(45.151)
Despesas com Vendas		(5.986)	-
Despesas Gerais Administrativas		(43.090)	(48.543)
Serviços de Terceiros		(8.541)	(7.670)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais		(26.307)	(34.302)
Honorários e Salários		(15.328)	(19.913)
Encargos Sociais		(9.112)	(12.000)
Benefícios Sociais		(1.867)	(2.389)
Aluguéis		(5.791)	(5.240)
Outras Despesas Administrativas		(2.451)	(1.331)
Outras Receitas Operacionais	18	62.033	9.430
Outras Despesas Operacionais		(9.773)	(6.038)
Provisão Indenização por Serviços Prestados – PISP		(9.381)	-
Provisão para Contingências Passivas		-	(5.505)
Perdas com Ações Judiciais		(154)	(36)
Impostos, Taxas e Contribuições		(238)	(264)
Outras Despesas		-	(233)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(371)	-
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos		(4.101)	(45.083)
Resultado Financeiro		44.855	(2.826)
Receitas Financeiras	18	106.087	48.879
Despesas Financeiras	18	(61.232)	(51.705)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		40.754	(47.909)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	06	-	-
Resultado Líquido do Exercício das Operações Continuadas		40.754	(47.909)
Lucro/Prejuízo do Exercício		40.754	(47.909)
Lucro Básico por Ação – (Reais/Ação)			
ON		0,41826	(0,43874)
PN		1,94042	(0,46674)
Lucro Diluído por Ação – (Reais/Ação)			
ON		0,43814	(0,43674)
PN		1,94042	(0,43674)



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado líquido do exercício	40.754	(47.909)
Ganho (perda) não realizado em ativos disponíveis para venda:		
Ações e Títulos	<u>(213)</u>	<u>(317)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>40.541</u>	<u>(48.226)</u>
Quantidade de ações em circulação (unidade)	118.440.782	109.696.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldo em 31/12/2010	419.455	(449.155)	(111)	39	(29.772)
Resultado Abrangente Total		(47.909)		(317)	(48.226)
Prejuízo Líquido do Exercício		(47.909)			(47.909)
Ajuste de Valores Mobiliários				(317)	(317)
Saldo em 31/12/2011	419.455	(497.064)	(111)	(278)	(77.998)
Aumento de Capital	300.000	-	-	-	300.000
Resultado Abrangente Total		40.754		(213)	40.541
Lucro Líquido do Exercício		40.754			40.754
Ajuste de Valores Mobiliários	-	-	-	(213)	(213)
Saldo em 31/12/2012	719.455	(456.310)	(111)	(491)	262.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC – Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

Rubricas	2012	2011
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	29.306	(8.778)
Caixa Gerado nas Operações	103.646	(25.693)
Resultado do Exercício	40.754	(47.909)
Depreciação e Amortização	1.299	779
Provisão para Contingências Cíveis e Trab.	35.704	8.377
Receitas Financeiras s/Trib. a Recuperar	(3.510)	(5.337)
Receitas Financeiras s/Dep. Judiciais	(190)	(111)
Variações Monetárias – Perdas Judiciais	3.394	4.657
Despesas Financeiras s/Rec. Capitalizáveis	26.195	13.851
Variações nos Ativos e Passivos	(74.340)	16.915
Impostos a Rec. s/Trib. Federais – Circ.	5.756	(12.999)
Depósitos Judiciais – Circ.	3.903	(16.237)
Impostos a Recup. s/Trib. Federais – N. Circ.	(6.389)	837
Depósitos Judiciais de Longo Prazo- N. Circ.	(2.294)	3.236
Outros Ativos Circulantes	(5.319)	8.435
Provisão p/Contingências Cíveis e Trab. – P. Circ.	237.026	221.850
Prov. p/o Programa de Ind. p/Serv. Prest. – P. Circ.	11.843	(13.495)
Credores Processo de Cisão Parcial – P. Circ.	3.764	4.266
Recursos Capitalizáveis – P. Circ.	(300.000)	-
Diversas Obrigações – P. Circ.	(575)	14.369
Outros Passivos – Circ.	4.140	(13.532)
Recursos Capitalizáveis	(26.195)	-
Provisão p/Conting. Cíveis e Trab. – N. Circ.	-	(179.815)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(108.933)	(31.482)
Pagamentos de Compras do Imobilizado	(108.933)	(31.482)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	21.394	395.400
Recebimento de Recursos p/Aumento do Capital	21.394	395.400
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(58.233)	355.140
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	635.318	280.178
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	577.085	635.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S. A. - TELEBRÁS

CNPJ Nº 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

ITEM RUBRICAS	2012		2011	
1 Receitas	64.175		9.312	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.292		99	
Outras Receitas	61.883		9.213	
Recuperação de Contingências - PISP	-		8.712	
Diversas Receitas	61.883		501	
2 Insumos Adquiridos de Terceiros	(8.606)		(5.431)	
Materiais, Energia, Serv. de Terceiros e Outros	(8.606)		(5.431)	
3 Valor Adicionado Bruto (1+2)	55.569		3.881	
4 Retenções	(1.145)		(6.320)	
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.299)		(779)	
Outras	154		(5.541)	
5 Valor Adicionado Líquido Produzido (3+4)	54.424		(2.439)	
6 Valor Adicionado Recebido em Transferência	106.230		49.096	
Receitas Financeiras	106.080		48.879	
Outros	150		217	
7 Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	160.654		46.657	
8 Distribuição do Valor Adicionado	160.654	100%	46.657	100%
Pessoal	46.413	28%	37.357	80%
Remuneração Direta	19.864	12%	19.913	43%
Benefícios	15.200	9%	15.623	33%
F.G.T.S.	1.968	1%	1.821	4%
Programa Indenização - Serviços Prestados - PISP	9.381	6%	-	0%
Impostos, Taxas e Contribuições	1.277	1%	264	1%
Federais	383	0%	182	0%
Estaduais	894	1%	82	0%
Remuneração de Capitais de Terceiros	72.210	45%	56.945	122%
Juros	61.692	38%	51.705	111%
Aluguéis	10.518	7%	5.240	11%
Remuneração de Capitais Próprios	40.754	25%	(47.909)	(103%)
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	40.754	25%	(47.909)	(103%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS é uma sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, vinculada ao Ministério das Comunicações, tendo sido constituída em 09/11/1972 nos termos da autorização contida na Lei nº. 5.792, de 11/07/1972.

Em 31 de dezembro de 2012, a União detinha diretamente 90,78% das ações ordinárias com direito a voto e 74,68% de seu capital total.

Conforme estabelece o Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, caberá à Telebras o desenvolvimento das seguintes ações: *I - implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal; II - prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público; III - prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos; e IV - prestar serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.* § 1º *A TELEBRÁS exercerá suas atividades de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor, sujeitando-se às obrigações, deveres e condicionamentos aplicáveis.* § 2º *Os sistemas de tecnologia de informação e comunicação destinados às atividades previstas nos incisos I e II do caput são considerados estratégicos para fins de contratação de bens e serviços relacionados a sua implantação, manutenção e aperfeiçoamento.* § 3º *A implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal de que trata o inciso I do caput consistirá na provisão de serviços, infraestrutura e redes de suporte à comunicação e transmissão de dados, na forma da legislação em vigor.*

Em consonância com o estabelecido no referido Decreto, na Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada no dia 03/08/2010, foi aprovada a reforma do Estatuto Social, para efetuar a sua reestruturação organizacional, a fim de adequá-la às suas atribuições institucionais.

Atualmente a Empresa tem direcionado seus esforços no sentido de implantar a infraestrutura necessária à operação do Programa Nacional de Banda Larga, ao atendimento dos mega eventos em que o Brasil participa como país sede, que são a copa das Confederações, a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016.

Está implantando em conjunto com a Rede Nacional de Pesquisa a rede básica de atendimento às Universidades Federais e Institutos Federais de Ensino, de forma a permitir o fluxo de informações e dados entre os mesmos, por meio de uma rede integrada.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Critérios de Elaboração

As demonstrações contábeis examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, Os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2012 e, no que couber, as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

Mudança de critério

A partir de 31/12/2011 a TELEBRÁS mudou a forma de apresentação do fluxo de caixa do método direto para o indireto, tendo em vista a sua reativação e início de suas operações, pois estava em situação de descontinuidade operacional desde a cisão parcial, ocorrida em 1998 e ainda devido a complexidade de controle que iria gerar um custo adicional para Empresa.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, numerários em trânsito e por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado, que têm como meta a rentabilidade da Taxa Média da SELIC. Vide Nota Explicativa nº 4.

b. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade, saldo do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

Em 2012, com início das operações da TELEBRÁS destaca-se ainda o ICMS a Recuperar conforme evidenciado no Balanço Patrimonial.

c. Imposto de renda e contribuição social

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de, imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Oportunamente, a Empresa voltará a registrar contabilmente, em



função de suas novas atividades no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

d. Ativos realizáveis - Créditos

Estão representados preponderantemente pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

eill

e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

f. Investimentos

A participação societária em empresa coligada está avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Com base ainda no referido método, o investimento em coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações ocorridas após a aquisição da participação acionária na coligada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Vide Nota explicativa nº9.

g. Redução do Valor Recuperável dos Ativos

O saldo do imobilizado, do investimento e de outros ativos são revistos anualmente, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perdas nestes ativos.

A companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2012, com base em avaliações individuais dos mesmos, à exceção do investimento em coligada, que foi avaliado com base no método de equivalência patrimonial, reconhecida no ativo e no resultado.

h. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.



Em 2013, será contratada consultoria especializada para sua adequação, reestruturação e registros de acordo com plano de contas de empresa de telecomunicações, tendo em vista o recente início das operações do PNBL. Vide Nota Explicativa nº 9.

i. Provisões e obrigações trabalhistas

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.

j. Provisões para contingências

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS na data do balanço. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

k. Planos de benefícios pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

l. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

m. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

n. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

o. Lucro/ Prejuízo líquido e valor patrimonial por ação - VPA por unidade de ações

Em 31/12/2012 o lucro líquido e o VPA por unidade de ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 118.440.782 ações. Em 31/12/2011 o prejuízo líquido e o VPA por unidade de



ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 88.693.977 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 109.696.976 ações.

p. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem principalmente a provisão para contingências judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa mensalmente as estimativas e premissas da provisão para contingências judiciais.

q. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado – DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 DISPONIBILIDADES

	2012	2011	Variação
	A	B	A-B
Contas bancárias	627	717	(90)
Numerários em trânsito	-	22.416	(22.416)
Aplicações FRF - Curto prazo - BB – Extramercado	<u>576.458</u>	<u>612.185</u>	<u>(35.727)</u>
Total	<u>577.085</u>	<u>635.318</u>	<u>(58.233)</u>



5 TRIBUTOS A RECUPERAR

No exercício, a movimentação da conta “tributos a recuperar” foi a seguinte:

Contas	Saldo	Adições		Compensação	Saldo
	2011	Principal	Juros SELIC	Débitos	2012
IRRF sobre aplicação financeira e saldo negativo de Imposto de Renda	106.132	24.192	3.395	(17.587)	116.132
IRRF sobre Juros Capital Próprio – JCP	36.211	-	545	(15.252)	21.504
Outros (Imposto sobre Lucro Líquido e IRRF sobre remessa para o exterior)	2.774	-	74	-	2.848
Contribuição Social	483	1.049	29	-	1.561
Total	<u>145.600</u>	<u>25.241</u>	<u>4.043</u>	<u>(32.839)</u>	<u>142.045</u>
Circulante	33.620				26.530
Longo prazo	111.980				115.515

No exercício de 2012, a Empresa efetuou a compensação de R\$ 32.838 (R\$ 7.321 em 2011) com débitos tributários relativos a Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre assalariado e prestadores de serviço pessoa jurídica.

Do total dos créditos tributários em 31/12/2012, R\$ 129.704 (R\$ 125.640 em 31/12/2011) correspondem aos direitos creditícios cedidos para a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., por força de decisão judicial e do que consta em Termo de Transação e Outras Avenças. Vide informações adicionais na Nota Explicativa nº 14.

6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Demonstrativo do Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social de 2012 e 2011 foram apuradas conforme demonstrado a seguir:



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

	2012		2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	40.754	40.754	(47.909)	(47.909)
Adições permanentes	663	663	427	427
Exclusões permanentes	(150)	(150)	(49)	(49)
Subtotal	<u>41.267</u>	<u>41.267</u>	<u>(47.531)</u>	<u>(47.531)</u>
Diferenças temporárias	(46.816)	(46.816)	<u>19.233</u>	<u>19.233</u>
Adições temporárias:	58.492	58.492	<u>34.653</u>	<u>34.653</u>
Provisão contingências e encargos	48.330	48.330	34.456	34.456
Provisão fornecedores	-	-	-	-
Provisão PISP	9.381	9.381	-	-
V.M. dep. judiciais	781	781	143	143
Outras adições temporárias	-	-	54	54
Exclusões temporárias:	(105.308)	(105.308)	<u>(15.420)</u>	<u>(15.420)</u>
Provisão fornecedores	-	-	(107)	(107)
Provisão para contingências	(20.357)	(20.357)	(798)	(798)
Provisão PISP	-	-	(3.939)	(3.939)
VM – Depósito Judiciais e outras	(1.804)	(1.804)	(1.691)	(1.691)
Despesas recuperadas - PISP	-	-	(8.712)	(8.712)
Outras exclusões temporárias	(83.147)	(83.147)	(173)	(173)
	-	-	-	-
Base de Cálculo	<u>(5.549)</u>	<u>(5.549)</u>	<u>(28.298)</u>	<u>(28.298)</u>

b. Créditos fiscais diferidos e não registrados

Apresentamos a seguir o resumo dos créditos não registrados contabilmente:

	2012			
	Imposto de renda		Contribuição social	
Natureza	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	266.630	66.658	266.630	23.997
Provisão – PISP	9.381	2.345	9.381	844
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.883	1.471	5.883	529
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>267.968</u>	<u>66.992</u>	<u>267.968</u>	<u>24.117</u>
Total	<u>549.862</u>	<u>137.466</u>	<u>549.862</u>	<u>49.487</u>



Natureza	2011			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	321.825	80.456	321.825	28.964
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.982	1.496	5.982	538
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>205.823</u>	<u>51.456</u>	<u>206.283</u>	<u>18.565</u>
Total	<u>533.630</u>	<u>133.408</u>	<u>534.090</u>	<u>48.067</u>

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos a imposto de renda e da base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da contribuição social, em cada período-base.

7 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados (judiciais e extrajudiciais) às contingências passivas

Natureza	Vinculados	Não vinculados	2012	2011
		A		
Cível	8.856	12.997	21.853	20.489
Trabalhista	4.757	174	4.931	7.457
Tributária	43	969	1.012	1.270
Total	<u>13.656</u>	<u>14.140</u>	<u>27.796</u>	<u>29.216</u>
Circulante	9.598	14.036	23.634	27.537
Não Circulante	4.058	104	4.162	1.679

Vide Nota Explicativa nº 12.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRÁS figura como ré ou autora.

**8 OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS – CIRCULANTE**

	2012	2011
Pessoal cedido a recuperar – ANATEL	5.453	2.495
Pessoal cedido a recuperar - Órgãos Governamentais	1.295	858
Ações e Títulos destinadas à venda	2.258	2.471
Adiantamento a empregados	700	717
Outros	<u>2.265</u>	<u>113</u>
Total	<u>11.971</u>	<u>6.654</u>

O saldo a recuperar da ANATEL e de outros órgãos governamentais refere-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais relativos aos empregados cedidos. Estão inclusos valores referentes às provisões de férias e seus respectivos encargos, que são provisionados mensalmente.

O saldo referente às ações destinadas à venda corresponde a ações em carteira própria de companhias abertas de empresas de telecomunicações, avaliadas pelo valor de mercado e disponíveis para negociação.

9 ATIVO NÃO CIRCULANTE**9.1. INVESTIMENTOS*****Participação no Capital de Empresa Coligada***

A Empresa efetuou o pagamento de R\$ 1.470, em 18.07.2012, referentes a 30% (trinta por cento) inicial para integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31.12.2012, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 1.099, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R\$ 371 foi reconhecida no resultado. As Demonstrações Contábeis da coligada estão sendo auditadas pela empresa KPMG – Auditores Independentes.

9.2 Imobilizado

Natureza do Imobilizado	Taxa Anual de Depreciação/ Amortização %	Custos	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Líquido	
				2012	2011
Instalações prediais	10	1.525	243	1.282	1.092
Mobiliário	10	2.396	449	1.947	2.082
Equipamentos de computação	20	2.943	1.167	1.776	2.334
Outros equipamentos comuns	10	112	15	97	49
Sistemas aplicativos	20	8.739	448	8.291	390
Estoque de sobressalentes	-	231	-	231	-
Estoque de imobilizado	-	<u>202.531</u>	<u>-</u>	<u>202.531</u>	<u>72.858</u>
Total		<u>218.477</u>	<u>2.322</u>	<u>216.155</u>	<u>78.805</u>



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

a. Movimentações ocorridas no Imobilizado em 2012

Descrição	Saldo 2011	Aquisições	Depreciação	Saldo 2012
Instalações Prediais	1.092	324	(134)	1.282
Mobiliário	2.082	95	(230)	1.947
Equipamentos de Computação	2.334	26	(584)	1.776
Outros Equipamentos Comuns	49	56	(8)	97
Sistemas Aplicativos	390	8.244	(343)	8.291
Estoque de sobressalentes	-	231	-	231
Imobilizado em Andamento	<u>72.858</u>	<u>129.673</u>	<u>-</u>	<u>202.531</u>
Total do Imobilizado	<u>78.805</u>	<u>138.649</u>	<u>(1.299)</u>	<u>216.155</u>

b. Movimentações ocorridas no Imobilizado em 2011

Descrição	Saldo 2010	Aquisições	Depreciação	Saldo 2011
Instalações Prediais	531	657	(96)	1.092
Mobiliário	1.350	916	(184)	2.082
Equipamentos de Computação	676	2.064	(406)	2.334
Outros Equipamentos Comuns	13	40	(4)	49
Sistemas Aplicativos	326	153	(89)	390
Imobilizado em Andamento	<u>1.055</u>	<u>71.803</u>	<u>-</u>	<u>72.858</u>
Total do Imobilizado	<u>3.951</u>	<u>75.633</u>	<u>(779)</u>	<u>78.805</u>

10 PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	2012	2011
Salários e honorários a pagar	204	538
Consignações a recolher – parte dos empregados	2.074	1.438
Encargos sociais a recolher	1.286	979
Benefícios sociais a recolher	175	153
Provisões trabalhistas e encargos sobre férias	5.125	4.574
Total	<u>8.864</u>	<u>7.682</u>

11 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Para adequar a Empresa ao período pós-privatização, para o exercício somente das funções essenciais ao seu funcionamento como empresa sem ativos operacionais, foi iniciado, em setembro de 1998, o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)”. Esse programa tem por objetivo proporcionar suporte financeiro para os empregados da Empresa, inclusive os cedidos para a ANATEL e demais órgãos governamentais, quando do desligamento funcional e contempla as verbas rescisórias e indenizatórias, as obrigações contidas em acordos coletivos de trabalho, bem como aquelas decorrentes de serviços prestados, tais como indenização pecuniária de alimentação, de assistência médica e de seguridade social.

O Tribunal de Contas da União – TCU – Segunda Câmara, apreciou e julgou os Recursos de Reconsideração interpostos pela Telebras, Anatel e grupo de empregados da Telebras, no dia 4 de dezembro de 2012, cujo acórdão nº 9215/2012 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 2012.

No referido acórdão os Excelentíssimos Ministros integrantes da Segunda Câmara decidiram conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos recorrentes para, no mérito, dar-lhes



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

provimento, a fim de reformar o item 9.9 do Acórdão nº 6.767/2011, fixando o prazo de 60 dias para que a Telebras adote providências com vistas a extinguir o Programa de Incentivo aos Serviços Prestados - PISP, respeitando-se os direitos adquiridos e as legítimas expectativas criadas pelo referido programa.

A Diretoria Executiva da Telebras, ao analisar a citada decisão juntamente com a Gerência Jurídica, interpôs embargos de declaração ao referido acórdão, em 19 de dezembro de 2012, solicitando os esclarecimentos necessários, a fim de se dissiparem todas as dúvidas quanto aos direitos dos empregados da Telebras, cedidos ou não.

A Telebras encontra-se aguardando o pronunciamento do TCU sobre o assunto.

Além disso, a Diretoria da Telebrás, na sua 1136ª reunião realizada em 17/01/2013, aprovou a i) ratificação da extinção do PISP, ocorrida em 16/09/2011, ii) o pagamento das verbas decorrentes do PISP aos empregados que fizeram a opção entre novembro de 2010 e abril de 2011, e iii) acordo judicial com o autor da reclamatória trabalhista impetrada por um dos beneficiários do PISP, sendo tais decisões referendadas pelo Conselho de Administração na sua 140ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de janeiro de 2013.

Tendo em vista as decisões acima mencionadas, em 31/12/2012 a TELEBRÁS efetuou aprovisão de R\$ 11.843.

12 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31/12/2012, a TELEBRÁS é ré em 1.923 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária (1.755 em 31/12/2011), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Empresa e a elas são atribuídas expectativas de perda, conforme a seguir, e com base nessas avaliações, é dado o seguinte tratamento contábil:

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações	
		2012	2011
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	112	123
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	818	806
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	<u>993</u>	<u>826</u>
	Total	1.923	1.755

12.1. Contingências de perda provável (provisionadas)

a. Contingências líquidas de depósitos judiciais

Natureza	2012			
	Quantidade de Ações	Provisões A	Depósitos Judiciais B	Líquido A-B
Cível	52	238.396	8.856	229.540
Trabalhista	55	12.051	4.757	7.294
Tributária	<u>5</u>	<u>16.183</u>	<u>43</u>	<u>16.140</u>
Total	<u>112</u>	<u>266.630</u>	<u>13.656</u>	<u>252.974</u>
Circulante		17.523	9.598	7.925
Não Circulante		249.107	4.058	245.049



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Natureza	2011			
	Quantidade de Ações	Provisões A	Depósitos Judiciais B	Líquido A-B
Cível	43	293.215	8.237	284.978
Trabalhista	78	13.089	7.164	5.925
Tributária	<u>2</u>	<u>15.521</u>	<u>286</u>	<u>15.235</u>
Total	<u>123</u>	<u>321.825</u>	<u>15.687</u>	<u>306.138</u>
Circulante		254.549	15.015	239.534
Não Circulante		67.276	672	66.604

b. Classe das Ações Judiciais – Perdas Prováveis

Classe das Ações	Quantidade		Provisões	Depósitos	Líquido	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012 A	31/12/2012 B	31/12/2012 A-B	31/12/2011 SALDO
Cíveis						
Illegalidade na venda de ações	11	9	3.433	2.576	857	4.159
Dividendos sobre o capital da TELEBRÁS	7	7	229.805	3.568	226.237	272.371
Diferença de ações - conversão de debêntures	1	1	940	-	940	6.255
Diversas classes	<u>33</u>	<u>26</u>	<u>4.218</u>	<u>2.712</u>	<u>1.506</u>	<u>2.193</u>
Total	<u>52</u>	<u>43</u>	<u>238.396</u>	<u>8.856</u>	<u>229.540</u>	<u>284.978</u>
Trabalhistas						
Ganhos de produtividade	2	2	1.793	20	1.773	538
Readmissão de pessoal	1	1	1.550	1.338	212	137
Expurgos inflacionários multa de 40% - FGTS	20	42	1.962	879	1.083	886
Responsabilidade subsidiária	14	-	1.438	80	1.358	-
Diversas classes	<u>18</u>	<u>33</u>	<u>5.308</u>	<u>2.440</u>	<u>2.868</u>	<u>4.364</u>
Total	<u>55</u>	<u>78</u>	<u>12.051</u>	<u>4.757</u>	<u>7.294</u>	<u>5.925</u>
Tributárias						
Isenção de imposto de importação e IPI	1	0	16.119	-	16.119	-
Diversas classes	<u>4</u>	<u>2</u>	<u>64</u>	<u>43</u>	<u>21</u>	<u>15.235</u>
Total	<u>5</u>	<u>2</u>	<u>16.183</u>	<u>43</u>	<u>16.140</u>	<u>15.235</u>
TOTAL GERAL	112	123	266.630	13.656	252.974	306.138
Circulante			17.523	9.598	7.925	239.534
Não Circulante			249.107	4.058	245.049	66.604



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

c. Movimentação das provisões para contingências

Saldo em 31/12/2010	288.167
Adições Líquidas – Despesas - Circulante	3.728
Adições Líquidas – Despesas – Não Circulante	1.777
Baixas	(797)
Atualizações – Encargos Financeiros	28.950
Saldo em 31/12/2011	321.825
Adições Líquidas – Despesas - Circulante	(915)
Adições Líquidas – Despesas – Não Circulante	(60.781)
Baixas	(20.504)
Atualizações – Encargos Financeiros	27.005
Saldo em 31/12/2012	266.630
Circulante	17.523
Não Circulante	249.107

d. Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências

Saldo em 31/12/2010	14.572
Adições Líquidas	866
Baixas - provisões para contingências	(798)
Baixas - despesas para perdas judiciais	-
Atualização – Encargos Financeiros	1.047
Saldo em 31/12/2011	15.687
Adições Líquidas	2.278
Baixas - provisões para contingências	(5.269)
Baixas - despesas para perdas judiciais	(12)
Atualização – Encargos Financeiros	972
Saldo em 31/12/2012	13.656
Circulante	9.598
Não Circulante	4.058

12.2. Contingências de risco possível (não provisionadas)

Natureza	Quantidade de Ações		Valor	
	2012	2011	2012	2011
Cível	792	781	25.769	8.756
Trabalhista	22	21	5.151	2.127
Tributária	4	4	4.159	953
Total	<u>818</u>	<u>806</u>	<u>35.079</u>	<u>11.836</u>



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Classe das Ações Judiciais - Possível

Classes das Ações

	Quantidade		Valor	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Cíveis				
Ressarcimento de lucros cessantes	1	-	4.774	-
VPA'S nas capitalizações por contratos de participação financeira-PF (autofinanciamento)	744	723	3.935	5.258
Dividendos sobre o capital da TELEBRÁS	1	-	15.201	-
Diversas classes	<u>46</u>	<u>58</u>	<u>1.859</u>	<u>3.498</u>
Total	792	781	25.769	8.756
Trabalhistas				
Ganhos de produtividade	1	-	3.098	-
Pagamento de hora extra/reflexo verbas rescisórias.	1	1	418	393
Reconhecimento de direito sobre o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	2	2	16	634
Diversas classes	<u>18</u>	<u>18</u>	<u>1.619</u>	<u>1.100</u>
Total	22	21	5.151	2.127
Tributárias				
Isenção de imposto de importação e IPI	1	-	3.363	-
Diversas classes	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>796</u>	<u>953</u>
Total	4	4	4.159	953
Total Geral	<u>818</u>	<u>806</u>	<u>35.079</u>	<u>11.836</u>

13 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 164.260 em 31/12/2012 (R\$ 116.671 em 31/12/2011), corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

14 CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

Trata-se de obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, decorrente de sentença judicial, firmado com a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., conforme fato relevante publicado em 14/06/2006, na Gazeta Mercantil.

Conforme previsto no referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a esta obrigação eram de R\$ 129.704 em 31/12/2012 (R\$ 125.640 em 31/12/2011), refere-se a saldos de créditos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, que somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.



15 OUTRAS OBRIGAÇÕES – PASSIVO CIRCULANTE

	2012	2011
Retenções de impostos	5.972	2.372
Impostos taxas e contribuições	671	464
Convênio de cooperação técnica	-	1.000
Outras obrigações	<u>835</u>	<u>398</u>
Total	7.478	4.234

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 04/07/2012 foi homologado pela 94ª A.G.E., o aumento do capital social de R\$ 419.454.543,77 (quatrocentos e dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos), para R\$ 719.454.543,77 (setecentos e dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos), aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal.

Assim, em 31/12/2012, o capital social no valor R\$ 719.455 (R\$ 419.455 em 31/12/2011), subscrito e integralizado, compõe-se de 118.442.718 (109.698.912 em 31/12/2011) em unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade - Unidade	
	31/12/2012	31/12/2011
Capital total em ações		
Ordinárias	97.439.719	88.695.913
Preferenciais	<u>21.002.999</u>	<u>21.002.999</u>
Total	118.442.718	109.698.912
Ações em tesouraria		
Ordinárias	1.936	1.936
Total	1.936	1.936
Ações em circulação		
Ordinárias	97.437.783	88.693.977
Preferenciais	<u>21.002.999</u>	<u>21.002.999</u>
Total	118.440.782	109.696.976
Valor Patrimonial por ações em circulação	2,21666	(0,71104)

A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da Telebrás passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária. Dessa forma o preço de 1 (uma) ação a partir de 24/01/2011 corresponde ao preço de 10.000 (dez mil) ações antigas.



b. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Empresa e a permanência dos prejuízos acumulados até então, não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

c. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor referente ao ajuste de avaliação patrimonial corresponde a perdas por ajuste ao valor de mercado de ações e títulos destinados a venda de R\$ 491 em 31/12/2012 (R\$ 278 em 31/12/2011). Vide também Notas Explicativas nº 8 e 17.

d. Ações em Tesouraria

O valor das ações em tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRÁS, ocorrida em 22/05/1998.

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa não possui operações com derivativos.

Como instrumentos financeiros, a Empresa possui aplicações financeiras de liquidez imediata de R\$ 576.458 em 31/12/2012 (R\$ 612.185 em 31/12/2011), as quais estão avaliadas ao custo, acrescidas de rendimentos até a data do balanço. As taxas negociadas são compatíveis com as condições de mercado. Além disso, possui equivalentes a caixa de R\$ 627 em 31/12/2012 (R\$ 23.133 em 31/12/2011). Vide Nota Explicativa nº 4.

Considerando o saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRÁS ocorrida em 1998, o único ativo financeiro avaliado pelo valor de mercado corresponde às ações destinadas à venda de R\$ 2.258 em 31/12/2012 (R\$ 2.471 em 31/12/2011), as quais estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, conforme movimentação abaixo:

Movimentação das Ações e Títulos destinados à venda – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Saldo em 31/12/2011	2.471
Perdas por ajuste ao valor de mercado – (AVP)	(213)
Saldo em 31/12/2012	2.258

**18 COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS****18.1 Outras receitas operacionais**

	2012	2011
Recuperação de Contingências Líquidas - c	2.635	8.712
Recuperação de Contingências Líquidas - nc	59.196	-
Dividendos/JCP	150	217
Outras receitas operacionais	<u>52</u>	<u>501</u>
Total	<u>62.033</u>	<u>9.430</u>

18.2 Resultado Financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras – circulante (c) e não circulante (nc):		
De aplicações com liquidez imediata – c	100.232	41.679
De tributos a recuperar – c	533	172
De tributos a recuperar – nc	3.510	5.337
De depósitos judiciais – c	1.615	1.580
De depósitos judiciais - nc	190	111
De outros ativos - c	<u>7</u>	<u>-</u>
Total	<u>106.087</u>	<u>48.879</u>
Despesas financeiras – circulante (c) e não circulante (nc):		
Credores diversos - empresas de telecomunicações – c	(3.764)	(4.246)
De Contingências – juros – c	(7.300)	(17.227)
De Contingências – juros - nc	(13.656)	(5.074)
De Contingências – variação monetária – c	(2.058)	(5.123)
De Contingências – variação monetária - nc	(3.999)	(1.526)
De Perdas Judiciais – variação monetária – nc	(3.394)	(4.657)
De Recursos capitalizáveis – nc	(26.195)	(13.851)
De Outros Passivos – c	(465)	(1)
De Outros Passivos – nc	<u>(401)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(61.232)</u>	<u>(51.705)</u>
Resultado Financeiro	<u>44.855</u>	<u>(2.826)</u>



19 REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRÁS.

No exercício de 2012, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Empresa, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 20,8 e R\$ 1,5, respectivamente, e o salário médio foi de R\$ 8,2.

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2012, foi de R\$ 31,9.

20 PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a). Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRÁS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRÁS patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL). Até dezembro de 1999, todas as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL eram solidárias em relação a todos os planos então existentes. Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos e que se encontravam em tal condição em 31/01/2000, resultando em uma proposta de reestruturação no Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da Sistel visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a nova realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRÁS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS - A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

A partir de dezembro de 2000, atendendo ao que dispõe os art. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, passou a ser utilizada, na determinação do custeio desses planos, a paridade contributiva entre patrocinadora e empregados, decisão que foi ratificada pelo Conselho de Curadores da Fundação Sistel de Seguridade Social em Reunião Extraordinária realizada em 29/11/2000, passando para 8% (oito por cento) a contribuição previdencial devida pela patrocinadora, aplicável a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

Assim, a TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos:

- **PBS – A**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

É composto por participantes de todas as patrocinadoras assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si e com a Sistel.

Considerando que a SISTEL e a TELEBRÁS ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação desta Empresa, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% (cinquenta por cento) do superávit registrado nos Balancetes da SISTEL, que caberá às Patrocinadoras o valor de R\$ 537.202.844,43 em 31/12/2012 não efetuamos o provisionamento dos valores a receber, uma vez que o processo ainda se encontra em andamento, conforme dados registrados na Ata da 369ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da TELEBRAS de 19 de dezembro de 2012, bem como tendo em vista o surgimento de uma decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Agravo de Instrumento nº 5020149-60.2012.404.0000/SC em 13 de dezembro de 2012 que suspendeu “qualquer ato de transferência de valores do Plano PBS-A para as patrocinadoras do Plano de Benefícios da Fundação Sistel”.

- **PBS – TELEBRÁS**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRÁS, não mais havendo a solidariedade entre as patrocinadoras dos planos administrados pela Sistel.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRÁS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRÁS passa a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRÁS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRÁS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente. Em 31/12/2012 o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRÁS.

- **PAMA**

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS - Assistidos e PBS - Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios. Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições das patrocinadoras à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados ao plano PBS.



- **TELEBRÁSPREV**

É um plano misto de previdência complementar implantando no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, em 3/12/2002, na modalidade de contribuição definida para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRÁS; não está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

Em 31/12/2012 e 2011 os planos apresentavam as seguintes posições contábeis:

- **PBS - TELEBRÁS e PBS - A**

	<u>PBS - TELEBRÁS</u>		<u>PBS-A</u>	
	2012	2011	2012	2011
Provisões matemáticas e fundos	321.028	251.248	9.756.422	8.003.545
Outros exigíveis	<u>5.795</u>	<u>5.293</u>	<u>227.510</u>	<u>225.899</u>
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	<u>326.823</u>	<u>256.541</u>	<u>9.983.932</u>	<u>8.229.444</u>
(-) Total dos ativos dos planos	<u>366.164</u>	<u>313.927</u>	<u>12.609.566</u>	<u>10.642.207</u>
(=) Superávit acumulado	39.341	57.386	2.625.634	2.412.763

A partir do fato gerador de janeiro de 2009, não mais houve recolhimentos da parcela patronal em favor do plano PBS-TELEBRÁS, tendo em vista sua suspensão conforme explicações retro mencionadas.

- **PAMA**

	2012	2011
Fundo de assistência financeira	615.472	592.504
Outros exigíveis	<u>35.311</u>	<u>32.473</u>
Total dos fundos e outros exigíveis	<u>650.783</u>	<u>624.977</u>
Total dos ativos do plano	650.783	624.977

Durante o exercício de 2012, a Empresa efetuou contribuições ao PAMA no montante de R\$ 33 (R\$ 39 em 2011).



• **TELEBRÁSPREV**

	2012	2011
Provisões matemáticas e fundos	469.302	550.439
Outros exigíveis	<u>509</u>	<u>440</u>
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	<u>469.811</u>	<u>550.879</u>
(-)Total do ativo do plano	<u>698.223</u>	<u>561.180</u>
(=) Superávit acumulado	228.412	10.301

Durante o exercício de 2012, a Empresa efetuou contribuições ao TELEBRÁSPREV no montante de R\$ 938 (R\$ 663 em 2011).

b). Deliberação CVM 600/2009 - Contabilização de Planos de Benefícios a Empregados

Atendendo ao que dispõe a Deliberação CVM nº 600/2009, divulgamos a seguir as informações sobre os planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela TELEBRÁS.

1) Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço

i. Movimentação do valor das obrigações atuariais

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Passivo atuarial em 31.12.2011	378.423	102.187	192.158
Custos dos juros	40.422	10.915	20.526
Custodo serviço corrente	-	25	107
Benefícios pagos pelo fundo	(32.249)	(6.503)	(10.685)
(Ganhos)/perdas atuariais	99.412	39.235	72.145
Passivo atuarial em 31.12.2012	486.008	145.859	274.251

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Passivo atuarial em 31.12.2010	342.771	85.366	161.373
Custos dos juros	35.258	8.865	16.838
Custodo serviço corrente	-	326	110
Benefícios pagos pelo fundo	(30.296)	(6.236)	(9.080)
(Ganhos)/perdas atuariais	30.690	13.866	22.917
Passivo atuarial em 31.12.2011	378.423	102.187	192.158



ii. Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2011	620.002	243.473	342.231
Rendimentos esperados dos ativos do plano	66.226	26.007	36.556
Contribuições recebidas pelo fundo	-	9	-
Benefícios pagos pelo fundo	(32.249)	(6.503)	(10.685)
(Ganhos)/perdas atuariais	(56.289)	(109.072)	(34.279)
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2012	597.690	153.914	333.823

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2010	530.847	221.726	314.618
Rendimentos esperados dos ativos do plano	59.792	23.398	34.395
Contribuições recebidas pelo fundo	-	5	-
Benefícios pagos pelo fundo	(30.296)	(6.236)	(9.080)
(Ganhos)/perdas atuariais	59.659	4.580	2.298
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2011	620.002	243.473	342.231

iii. Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	31.12.2012		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Valor das obrigações atuariais com fundo constituído	486.008	145.859	274.250
Valor justo dos ativos dos planos	(597.690)	(153.913)	(333.822)
Déficit (Superávit) para os planos	(111.682)	(8.054)	(59.572)
Ajuste do parágrafo 58(b)	111.682	8.054	59.572
Valor da provisão a ser reconhecido	-	-	-



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

31.12.2011

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Valor das obrigações atuariais com fundo constituído	378.423	102.187	192.158
Valor justo dos ativos dos planos	(620.002)	(243.473)	(342.231)
Déficit (Superávit) para os planos	(241.579)	(141.286)	(150.073)
Ajuste do parágrafo 58(b)	241.579	141.286	150.073
Valor da provisão a ser reconhecido	-	-	-

iv. Cálculo da despesa do exercício

31.12.2012

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Custo do serviço corrente	-	25	107
Custo dos juros	40.422	10.915	20.526
Rendimento esperado dos ativos planos	(66.226)	(26.007)	(36.556)
Amortização do ganho/(perda atuarial líquido reconhecido)	155.701	148.306	106.425
Despesa reconhecida na demonstração do resultado	129.897	133.239	90.502

31.12.2011

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Custo do serviço corrente	-	321	110
Custo dos juros	35.258	8.865	16.838
Rendimento esperado dos ativos dos planos	(59.792)	(23.398)	(34.395)
Amortização do ganho/(perda atuarial líquido reconhecido)	-	-	-
Despesa(receita) reconhecida na demonstração do resultado	(24.534)	(14.212)	(17.447)



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

v. Movimentação do passivo líquido

	31.12.2012		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Passivo(ativo)líquido reconhecido em 31/12/2011	(241.579)	(141.285)	(150.073)
Despesa do ano	129.897	133.240	90.501
Pagamento de contribuições	-	(9)	-
Passivo(ativo)líquido em 31/12/2012 antes do ajuste	(111.682)	(8.054)	(59.572)
Ajuste do parágrafo 58(b)	111.682	8.054	59.572
Passivo(ativo)líquido em 31/12/2012	-	-	-

	31.12.2011		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Passivo(ativo)líquido reconhecido em 31/12/2011	(188.076)	(135.291)	(30.163)
Despesa do ano	(53.503)	(5.994)	(119.910)
Pagamento de contribuições	-	-	-
Passivo(ativo)líquido em 31/12/2012 antes do ajuste	(241.579)	(141.285)	(150.073)
Ajuste do parágrafo 58(b)	(241.579)	(141.285)	(150.073)
Passivo(ativo)líquido em 31/12/2012	-	-	-

vi. Despesa projetada para 2013

	2013		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRÁS	TELEBRÁSPREV
Juros sobre obrigações atuariais	45.886	13.771	25.893
Rendimento esperado dos ativos	(56.430)	(14.532)	(31.518)
Custo de serviço corrente	-	28	118
Total das despesas	(10.544)	(733)	(5.507)

vii. Evolução da situação atuarial dos planos de benefícios

Rubrica	Valores em R\$milhões								
	PBS-A			PBS-TELEBRÁS			TELEBRÁSPREV		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Obrigação Atuarial (A)	342,77	378,42	486,01	85,37	102,19	145,86	161,37	192,16	274,25
Valor justo (B)	530,85	620,00	597,69	221,73	243,47	153,91	314,62	342,23	333,82
Resultado (B - A) – (+)									
Superávit/ (-) Déficit	188,08	241,58	111,68	136,36	141,28	8,05	153,25	150,07	59,57



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Resumo das premissas atuariais 2012 - Atuário: Actuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda - VESTING

Premissas	PBS-A	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Método de Avaliação Atuarial	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Reais (R\$)	Reais (R\$)	Reais (R\$)
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo	4,22% obtido a partir de da taxa de títulos públicos (NTN-B) registrados no final de 2012	4,22% obtido a partir de da taxa de títulos públicos (NTN-B) registrados no final de 2012	4,22% obtido a partir de da taxa de títulos públicos (NTN-B) registrados no final de 2012
Taxa nominal de rendimentos esperados para os ativos do plano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano
Taxa nominal do custo dos juros	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,15/(tempo de serviço + 1), sendo nulo a partir de 50 anos
Taxa real de crescimento salarial	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios da Previdência Social	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade para salários	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade para benefícios	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa esperada de inflação no longo prazo	5,01%	5,01%	5,01%
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entrados	Não usada	Não usada	Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas	Considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idade para a mãe de 20 a 22 anos	Considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idade para a mãe de 20 a 22 anos	Considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idade para a mãe de 20 a 22 anos
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 female	AT-2000 female	AT-2000 female
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985 DisabilityStudy, Class2	Wyatt 1985 DisabilityStudy, Class2	Wyatt 1985 DisabilityStudy, Class2
Tábua de Serviço	Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.	Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.	Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

**Resumo das premissas atuariais de 2011 - Atuário: Mercer do Brasil**

Premissas	Reconciliações de 2011 e Despesas para 2012	Reconciliações de 2010 e Despesas para 2011
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Reais (R\$)	Reais (R\$)
Critério para apuração dos Ativos	Patrimônio na data do encerramento do exercício fiscal	Patrimônio na data do encerramento do exercício fiscal
Fator de Capacidade para salários e benefícios	98% <i>(reflete inflação no intervalo de 3,4% a 5,7% a.a.)</i>	98% <i>(reflete inflação no intervalo de 3,4% a 5,7% a.a.)</i>
Taxa anual nominal de retorno dos investimentos	PBS-A: 11,97% PAMA: 11,09% PBS-Telebrás: 11,56% TelebrásPrev: TBD	PBS-A: 11,60% PAMA: 10,67% PBS-Telebrás: 10,70% TelebrásPrev: 11,11%
Taxa anual nominal para desconto da obrigação atuarial	10,35% <i>(5,6% real e 4,5% inflação)</i>	10,77% <i>(6% real e 4,5% inflação)</i>
Taxa nominal anual de crescimento salarial	4,5% <i>(0% reais e 4,5% de inflação)</i>	4,5% <i>(0% reais e 4,5% de inflação)</i>
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	TelebrásPrev: Benef. de risco e saldado: 4,5% <i>(0% reais e 4,5% de inflação)</i> Rendas obtidas por conversão de saldo de conta: 4,44% <i>(0,23% reais e 4,5% de inflação)</i> Demais Planos: 4,5% <i>(0% reais e 4,5% de inflação)</i>	TelebrásPrev: Benef. de risco e saldado: 4,5% <i>(0% reais e 4,5% de inflação)</i> Rendas obtidas por conversão de saldo de conta: 5,07% <i>(0,55% reais e 4,5% de inflação)</i> Demais Planos: 4,5% <i>(0% reais e 4,5% de inflação)</i>
Taxa de inflação de longo prazo	4,5%	4,5%
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A: N/A. PAMA/PCE: 5% para o início de utilização dos serviços médicos aos 52 anos de idade e 10 anos de vínculo ao plano PBS; 3% a cada ano subsequente, até que seja atingida a elegibilidade à aposentadoria normal Outros Planos: 100% na primeira idade de elegibilidade a um benefício de aposentadoria	PBS-A: N/A. PAMA/PCE: 5% para o início de utilização dos serviços médicos aos 52 anos de idade e 10 anos de vínculo ao plano PBS; 3% a cada ano subsequente, até que seja atingida a elegibilidade à aposentadoria normal Outros Planos: 100% na primeira idade de elegibilidade a um benefício de aposentadoria
Idade de Ingresso na Previdência Social	Menor entre 22 anos e a idade de admissão na Empresa. Premissa aplicável apenas para planos cuja concessão do benefício está vinculada à elegibilidade a Previdência Social	Menor entre 22 anos e a idade de admissão na Empresa. Premissa aplicável apenas para planos cuja concessão do benefício está vinculada à elegibilidade a Previdência Social
Composição familiar dos participantes em atividade	Espera-se que 95% dos participantes estejam casados à data da aposentadoria. Maridos são 4 anos mais velhos que suas esposas Considera-se que os participantes casados tenham 2 filhos de idade: $(idade\ do\ titular - 20) / 2$	Espera-se que 95% dos participantes estejam casados à data da aposentadoria. Maridos são 4 anos mais velhos que suas esposas Considera-se que os participantes casados tenham 2 filhos de idade: $(idade\ do\ titular - 20) / 2$
Despesas administrativas	Valores apresentados estão líquidos das despesas administrativas, exceto para o PAMA/PCE, no qual os valores incluem estas despesas	Valores apresentados estão líquidos das despesas administrativas, exceto para o PAMA/PCE, no qual os valores incluem estas despesas
Taxa de crescimento anual nominal dos custos dos serviços médicos (HCCTR)	7,64% <i>(3% reais e 4,5% de inflação)</i>	7,64% <i>(3% reais e 4,5% de inflação)</i>
Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade (<i>agingfactor</i>)	4% para cada incremento de 1 ano de idade	4% para cada incremento de 1 ano de idade
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 female	AT-2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	MercerDisability	MercerDisability
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de rotatividade	TelebrásPrev: 0,15 / (tempo de serviço + 1); nula a partir dos 50 anos Demais Planos: Nula	TelebrásPrev: 0,15 / (tempo de serviço + 1); nula a partir dos 50 anos Demais Planos: Nula



PLANO DE SAÚDE – Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA)

“Historicamente, os compromissos da Telebrás para com o PAMA - Plano de Assistência Médica aos Aposentados não têm sido reportados para fins de atendimento às normas da CVM em função da interpretação de que os compromissos da Empresa se limitam à manutenção das contribuições para o plano em seu patamar vigente e não em relação aos benefícios descritos no regulamento deste plano. Conforme opção e orientação da Telebrás, o PAMA foi classificado, para fins de atendimento à NPC33, como Plano de Contribuição Definida, não sendo aplicável, neste caso, a divulgação dos compromissos da patrocinadora em relação a esse plano, devendo ser informado, tão somente, o valor das contribuições da Empresa previstas para o exercício. Não obstante o entendimento e a prática atual da Telebrás, e considerando que, por falta de entendimento absolutamente inquestionável, as auditorias independentes e o próprio IBRACON podem ter entendimento diverso da Telebrás. Assim, não se deve descartar a possibilidade de eventual questionamento por parte dos mesmos no sentido de que os compromissos do PAMA sejam consignados em balanço para fins de atendimento à CVM 600.”

Esta consultoria, seguindo a prática de anos anteriores, não dimensionou obrigação atuarial relacionada com o PAMA, mas convalida a advertência acima transcrita que, com clareza, alerta quanto à possibilidade de questionamento por parte dos órgãos fiscalizadores.

Trata-se ainda de acordo com informações da TELEBRAS, dito plano tem caráter apenas financeiro, posto que ficam limitadas às contribuições vertidas, desvinculadas em relação aos benefícios descritos e, neste sentido, não seria objeto de avaliação atuarial nos moldes da Deliberação CVM 600.

21 OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRÁS incluindo empregados cedidos e requisitados

Em 31/12/2012, estavam cedidos 72 empregados à ANATEL (71 em 31/12/2011) e 26 para outros órgãos governamentais (28 em 31/12/2011), com ônus para os cessionários, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12/12/2001, do total de 202 empregados da TELEBRÁS.

Em 31/12/2012, contava ainda com 106 contratados “ad Nutum” (85 em 31/12/2011) e 2 empregados requisitados (4 em 31/12/2011).

21.2 Remuneração dos Administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores:

HONORÁRIOS	2012	2011
Diretoria (*)	1.759	1.742
Conselho de Administração	<u>491</u>	<u>285</u>
TOTAL	2.250	2.027

(*) Inclui parcelas de remuneração compensatória (quarentena) dos ex-diretores desligados no período de 2012 e 2011 no valor de R\$ 116 mil e 2011 no valor de R\$ 343 mil respectivamente.



21.3 Seguros

A empresa mantém apólices de seguros para cobertura dos empregados e diretores, cujos custos são compartilhados de forma proporcional. Os gastos na demonstração do resultado referentes a esse benefício em 31/12/2012 foram de R\$ 58 (R\$ 59 em 31/12/2011).

22 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 21 de dezembro o Ministério das Comunicações informou à TELEBRAS, por meio do Ofício nº 1192/12, a abertura de crédito em favor da Empresa no montante de R\$ 101.961.708,37, relativos a dotações orçamentárias para cobertura das despesas da Empresa com a Copa das Confederações 2013 e com a Copa do Mundo 2014. Informou ainda que estaria repassando à TELEBRAS ainda em 2012 a importância de R\$ 52 milhões.

Ocorre porém, que os recursos foram repassados à TELEBRAS em 15 de janeiro de 2013, no valor de R\$ 52.038.801,42 e serão registrados como Adiantamento Para Futuro Aumento do Capital Social. Portanto, o saldo remanescente de R\$ 49.922.906,95 será repassado no decorrer do exercício.

23 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das Demonstrações Contábeis, para ser submetida ao Conselho de Administração foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2013.



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

CNPJ nº. 00.336.701/0001-04 – NIRE: 53.3.0000223-1

Companhia Aberta
Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
Total do Ativo	R\$986.848 Mil	R\$898.578 Mil
Resultado Líquido	R\$ 40.754 Mil	R\$(47.909) Mil

ADMINISTRAÇÃO

CEZAR SANTOS ALVAREZ
Presidente do Conselho de Administração

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES
Conselheiro de Administração e Presidente da Empresa

ANTÔNIO FLÁVIO SALGADO
Conselheiro de Administração

SILVÍNIO VERGÍLIO BENTO
Conselheiro de Administração

DEMI GETSCHKO
Conselheiro de Administração

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Conselheiro de Administração

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Conselheiro de Administração

RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA
Conselheiro de Administração

PAULO EDUARDO HENRIQUES KAPP
Diretor Técnico Operacional

FRANCISCO ZIOBER FILHO
Diretor Comercial

BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

SERGIO BRUNACCI
Gerente Fiscal e de Controle e
Contador CRC2328/0-6-DF



DD. DIRETORIA DA
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS
BRASÍLIA – DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafos de Ênfase

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS possui registrado em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 142.045 mil correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação, procedimento ocorrido no período pela compensação de R\$ 32.838 mil relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre folha de pagamento e remuneração a serviços terceirizados de pessoas jurídicas. Ressalta-se também, que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Contrato de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 129.704 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 9.1, a TELEBRÁS efetuou o pagamento de R\$ 1.470 mil, em 18/07/2012, referentes a 30% (trinta por cento) inicial para integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$ 4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2012, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 1.099 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R\$ 371 mil foi reconhecida no resultado. As Demonstrações Contábeis da coligada estão sendo auditadas por outros auditores independentes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, o Tribunal de Contas da União – TCU – Segunda Câmara, apreciou e julgou os Recursos de Reconsideração interpostos pela TELEBRÁS, Anatel e grupo de empregados da TELEBRÁS, no dia 4 de dezembro de 2012, cujo acórdão nº 9215/2012 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 2012. No referido acórdão os Excelentíssimos Ministros integrantes da Segunda Câmara decidiram conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos recorrentes para, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de reformar o item 9.9 do Acórdão nº 6.767/2011, fixando o prazo de 60 dias para que a TELEBRÁS adote providências com vistas a extinguir o Programa de Incentivo aos Serviços Prestados - PISP, respeitando-se os direitos adquiridos e as legítimas expectativas criadas pelo referido programa. A Diretoria Executiva da TELEBRÁS, ao analisar a citada decisão juntamente com a Gerência Jurídica, interpôs embargos de declaração ao referido acórdão, em 19 de dezembro de 2012, solicitando os esclarecimentos necessários, a fim de se dissiparem todas as dúvidas quanto aos direitos dos empregados da TELEBRÁS, cedidos ou não. A TELEBRÁS encontra-se aguardando o pronunciamento do TCU sobre o assunto. A Diretoria da TELEBRÁS, na sua 1136ª reunião realizada em 17/01/2013, aprovou a i) ratificação da extinção do PISP, ocorrida em 16/09/2011, ii) o pagamento das verbas decorrentes do PISP aos empregados que fizeram a opção entre novembro de



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

2010 e abril de 2011, e iii) acordo judicial com o autor da reclamatória trabalhista impetrada por um dos beneficiários do PISP, sendo tais decisões referendadas pelo Conselho de Administração na sua 140ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de janeiro de 2013. Tendo em vista as decisões acima mencionadas, em 31/12/2012 a TELEBRÁS efetuou a provisão de R\$ 11.843 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, o saldo de R\$ 164.260 mil em 31 de dezembro de 2012, corrigido pela taxa selic e classificado no passivo não circulante será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, letra “a”, em 4/07/2012 foi homologado pela 94ª AGE, o aumento do capital social de R\$ 419.455 mil para R\$ 719.455 mil, aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego

Conforme a nota explicativa nº 20, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS é patrocinadora da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios estão descritas na nota explicativa. Cabe ressaltar que o Conselho de Administração da TELEBRÁS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS-A como patrocinadora, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras. Como a SISTEL e a TELEBRÁS, ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% do superávit registrado nos balancetes da SISTEL, não foi efetuado o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em andamento, conforme dados registrados na Ata da 369ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da TELEBRÁS, de 19 de dezembro de 2012, tendo em vista o surgimento de uma decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Agravo de Instrumento nº 5020149-60.2012.404.0000/SC em 13 de dezembro de 2012 que suspendeu “qualquer ato de transferência de valores do Plano PBS-A para as patrocinadoras do Plano de Benefícios da Fundação Sistel”. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Evento subsequente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, em 21 de dezembro o Ministério das Comunicações informou à TELEBRÁS, por meio do Ofício nº 1192/12, a abertura de crédito em favor da Empresa no montante de R\$ 101.962 mil, relativos a dotações orçamentárias para cobertura das despesas da Empresa com a Copa das Confederações 2013 e com a Copa do Mundo 2014. Informou ainda que estaria repassando à TELEBRÁS ainda em 2012 a importância de R\$ 52.000 mil. Ocorre, porém, que os recursos



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

foram repassados à TELEBRÁS em 15 de janeiro de 2013, no valor de R\$ 52.039 mil e serão registrados como Adiantamento Para Futuro Aumento do Capital Social. Portanto, o saldo remanescente de R\$ 49.923 mil será repassado no decorrer do exercício. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 18 de fevereiro de 2013.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S DF
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679 S DF
CNAI 539
Sócio - Responsável Técnico

LUIZ FERNANDO MELLO TARASIUK
Contador CRC RS 50670 S DF
CNAI N° 3093
Auditor



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, nesta data, em cumprimento ao determinado nos incisos II e VII do Artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e nos incisos II e VII do Artigo 42 do Estatuto Social da Empresa, examinou o **Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012**, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2012. Baseados nos exames efetuados e levando em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes (UHY MOREIRA – AUDITORES), o Conselho Fiscal considera que as citadas demonstrações representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, e opina no sentido de que as mesmas podem ser encaminhadas para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2013.

ULYSSES CESAR AMARO DE MELO
Presidente do Conselho

LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES
Conselheira

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro

JOSÉ CORDEIRO NETO
Conselheiro

ANTONIO CARLOS DA SILVA ESTEVÃO
Conselheiro



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, além do disposto na lei das Sociedades por Ações, tudo quanto pontificado pelo **Estatuto Social** da Empresa como sendo de sua competência, procederam ao exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2012). Com base no acima especificado e considerando ainda as informações prestadas pela Diretoria da Empresa e pelos Auditores Independentes (UHY MOREIRA – AUDITORES), opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Empresa, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2013.

CEZAR SANTOS ALVAREZ
Presidente do Conselho de Administração

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES
Conselheiro de Administração e
Presidente da Empresa

ANTÔNIO FLÁVIO SALGADO
Conselheiro de Administração

SILVÍNIO VERGÍLIO BENTO
Conselheiro de Administração

DEMI GETSCHKO
Conselheiro de Administração

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Conselheiro de Administração

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Conselheiro de Administração

RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA
Conselheiro de Administração



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes UHY Moreira - Auditores sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2013.

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES

Conselheiro de Administração e Presidente da Empresa

BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO EDUARDO HENRIQUES KAPP

Diretor Técnico Operacional

FRANCISCO ZIOBER FILHO

Diretor Comercial



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram:

(i) baseados em seus conhecimentos, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, que concordam com as opiniões expressas no relatório elaborado pelos Auditores Independentes UHY Moreira - Auditores, não havendo qualquer discordância com relação às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

(ii) revisaram o relatório dos referidos auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS e baseados nas discussões subsequentes, concordam que tais Demonstrações, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2013.

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES

Conselheiro de Administração e Presidente da Empresa

BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO EDUARDO HENRIQUES KAPP

Diretor Técnico Operacional

FRANCISCO ZIOBER FILHO

Diretor Comercial